

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

31 de dezembro de 2018 e 2017

com Relatório dos Auditores Independentes



Instituto Adventista de Ensino

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ: 43.586.056/0001-82



Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
 Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preponderantes na área de Educação
 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.011252/2012-10 em análise
 Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

BALANÇO PATRIMONIAL
 Unidades de Ensino: São Paulo, Hortolândia, Engenheiro Coelho.
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em reais)

ATIVO	Nota Explic.	2018	2017
CIRCULANTE		41.666.513,15	41.338.396,52
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	9.664.637,41	9.111.172,54
Contas a Receber	6	23.631.492,31	24.492.980,79
Estoques	7	4.504.516,97	4.273.669,77
Despesas do Exercício Seguinte		3.865.866,46	3.460.573,42
NÃO CIRCULANTE		164.245.568,51	166.215.042,49
Realizável a Longo Prazo		7.697.186,73	8.839.964,04
Créditos com Terceiros		2.214.098,61	2.181.410,70
Depósitos Judiciais	8	1.174.576,19	768.363,96
Encargos Financeiros a Apropriar a L.P.	9	4.308.511,93	5.890.189,38
Imobilizado	10	145.516.517,59	146.373.631,46
Bens em Formação		14.671.568,06	21.938.368,66
Terrenos		9.268.489,41	9.268.489,41
Edifícios e Benfeitorias		132.642.818,23	122.271.469,27
Instalações		14.719.358,69	14.514.086,96
Móveis e Utensílios		11.693.502,57	11.224.747,78
Máquinas e Equipamentos		45.338.293,52	40.937.961,17
Automotores		4.358.576,14	4.049.418,21
Outros Imobilizados		6.213.534,30	5.570.745,55
(-) Depreciação Acumulada - Imobilizado		(93.389.623,33)	(83.401.655,55)
Intangível	11	11.031.864,19	11.001.446,99
Direito de Uso e Concessão/Software/Marcas e Patentes		11.388.985,45	11.320.019,03
(-) Amortização Acumulada - Intangível		(357.121,26)	(318.572,04)
TOTAL DO ATIVO		205.912.081,66	207.553.439,01
PASSIVO		2018	2017
CIRCULANTE		49.566.624,95	45.238.963,00
Contas a Pagar	12	17.291.146,43	17.740.729,94
Empréstimos e Financiamentos	13	17.263.069,52	12.459.163,46
Adiantamento de Clientes	14	6.061.879,16	6.512.423,75
Fundos em Confiança		1.267.106,49	1.676.359,76
Recursos Para Projetos		4.533.980,99	4.578.990,45
Provisão de Férias e Encargos		2.297.372,57	1.993.837,10
Provisão Processos Judiciais	19	852.069,79	277.458,54
NÃO CIRCULANTE		50.394.939,25	39.572.679,93
Exigível a Longo Prazo		50.394.939,25	39.572.679,93
Provisão Processos Judiciais	19	925.786,95	519.574,72
Adiantamentos Alugues		1.056.000,00	1.344.000,00
Empréstimos e Financiamentos	15	48.413.152,30	37.709.105,21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	105.950.517,46	122.741.796,08
Patrimônio Social		122.741.796,08	103.544.808,37
Superávit/Déficit do Exercício		(16.791.278,62)	19.196.987,71
TOTAL DO PASSIVO		205.912.081,66	207.553.439,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DOMINGOS JOSÉ DE SOUSA
 DIRETOR PRESIDENTE

EDSON ERTHAL DE MEDEIROS
 DIRETOR ECONOMO

MARCOS TOTH
 CRC 1SP-266855/O-0
 CONTADOR

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ: 43.586.056/0001-82

Entrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades predominantemente na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CERBAS nº 23.000.011/252/2012-10 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

Nota Explic.	2018			2017				
	Básica	Superior	Sustentáveis	Total	Básica	Superior	Sustentáveis	Total
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	80.960.520,35	125.188.863,16	74.554.249,49	280.703.633,00	75.413.379,62	128.327.719,34	90.738.391,12	294.479.480,08
Receita de Prestação Serviços Educacionais	72.990.756,58	95.776.073,35	168.766.829,93	168.766.829,93	68.946.990,50	94.166.034,59	94.166.034,59	163.113.025,09
Mensalidades Alunos Pagantes	55.380.118,20	69.471.433,29	124.851.551,49	124.851.551,49	52.468.695,04	67.959.999,72	67.959.999,72	120.428.694,76
Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos	17.610.638,38	26.304.640,06	43.915.278,44	43.915.278,44	16.478.295,46	26.206.034,87	26.206.034,87	42.684.330,33
(-)Dedução da Receita Educacional	(26.782.189,19)	(35.538.316,83)	(62.320.506,02)	(62.320.506,02)	(24.644.284,94)	(34.317.798,02)	(34.317.798,02)	(58.962.082,96)
(-) Bolsas 100% Lei 12101	(7.900.917,87)	(7.900.917,87)	(7.900.917,87)	(7.900.917,87)	(7.881.692,04)	(7.881.692,04)	(7.881.692,04)	(7.881.692,04)
(-) Bolsas Lei 50% 12101	(6.300.484,15)	(6.300.484,15)	(6.300.484,15)	(6.300.484,15)	(5.401.689,13)	(5.401.689,13)	(5.401.689,13)	(5.401.689,13)
(-) Bolsas Conc. Graduação 100%		(16.623.078,93)	(16.623.078,93)	(16.623.078,93)		(16.685.113,61)	(16.685.113,61)	(16.685.113,61)
(-) Bolsas Conc. Graduação 50%		(5.929.483,37)	(5.929.483,37)	(5.929.483,37)		(5.064.387,70)	(5.064.387,70)	(5.064.387,70)
(-) Bolsas Conc. Graduação-Pront-Func/Dep. 100%		(3.748.894,82)	(3.748.894,82)	(3.748.894,82)		(4.453.181,96)	(4.453.181,96)	(4.453.181,96)
(-) Bolsas Próprias Funcionários/Dependentes 100%		(3.412.419,30)	(3.412.419,30)	(3.412.419,30)		(3.351,60)	(3.351,60)	(3.351,60)
(-) Descontos, Abatimentos e Deduções		(9.233.676,77)	(18.405.227,58)	(18.405.227,58)		(8.165.989,48)	(8.165.989,48)	(8.165.989,48)
Receita de Atividades Sustentáveis		13.786.707,26	13.786.707,26	13.786.707,26		13.897.456,10	13.897.456,10	13.897.456,10
Receita da Venda de Atividades Sustentáveis		13.786.707,26	13.786.707,26	13.786.707,26		13.897.456,10	13.897.456,10	13.897.456,10
(-)Dedução da Receita Bruta Ativ. Sustentáveis		(2.056.847,64)	(2.056.847,64)	(2.056.847,64)		(2.444.449,38)	(2.444.449,38)	(2.444.449,38)
(-) Descontos, Abatimentos e Deduções		(2.056.847,64)	(2.056.847,64)	(2.056.847,64)		(2.444.449,38)	(2.444.449,38)	(2.444.449,38)
(+) Demais Receitas	19.426,46	18.667.087,71	79.463.601,64	98.150.095,81	110.016,28	24.028.822,65	93.330.170,06	117.469.008,89
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas para Custeio	1.617,96	13.318.937,07	25.512,11	13.346.067,14	6.332,64	12.747.174,43	27.456,22	12.760.963,29
Recursos Poderes Públicos		799.515,03	799.515,03	799.515,03		3.526.508,84	3.526.508,84	3.526.508,84
Recursos não Governamentais		3.025.974,69	21.144.089,09	24.170.063,78		32.349.032,41	40.776.124,76	40.776.124,76
Receita Cursos Extra Curriculares		20.130.311,37	31.608.966,36	51.739.277,73		33.165.246,24	33.165.246,24	33.165.246,24
Receita de Pensionato		2.322.155,95	5.755.207,68	8.095.172,13		6.649.598,90	6.649.598,90	6.649.598,90
Outras Receitas	17.808,50	89.650.546,33	72.497.401,85	216.326.279,34	50.769.094,66	94.009.921,32	88.293.941,74	233.072.957,74
(-) RECEITA LÍQUIDA	29.993.271,10	66.801.114,97	45.807.880,43	142.602.266,50	28.002.975,12	66.612.217,18	40.908.579,98	135.523.772,28
(-) Custo dos Serviços / Atividades		6.939.881,80	6.939.881,80	6.939.881,80		6.327.884,49	6.327.884,49	6.327.884,49
Custo da Venda Atividades Sustentáveis		6.939.881,80	6.939.881,80	6.939.881,80		6.327.884,49	6.327.884,49	6.327.884,49
Despesas com Pessoal	27.498.402,82	60.395.542,51	35.752.785,46	123.646.730,79	25.668.640,99	60.050.308,05	31.904.765,65	117.644.314,69
Encargos Sociais e Previdenciários	2.494.868,28	6.405.572,46	3.115.213,17	12.015.653,91	2.314.334,13	6.561.309,13	2.675.929,84	11.551.573,10
(-) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	24.185.060,06	22.849.431,36	26.689.521,42	73.724.012,84	22.766.119,56	27.397.704,14	47.385.361,76	97.549.185,46
Despesas Operacionais	11.234.861,63	37.445.292,90	35.509.488,26	84.189.642,79	9.317.525,69	32.525.306,23	32.957.172,39	74.800.004,31
Despesas Administrativas e Gerais	9.377.725,38	22.730.101,39	28.704.020,48	60.811.847,25	7.398.447,35	26.443.756,25	25.082.815,24	58.925.018,84
Despesas C/ Depreciações E Amortizações	1.601.757,11	4.549.996,42	4.915.372,12	11.067.125,65	1.630.575,89	4.114.349,36	3.121.392,48	8.866.317,74
Despesas Assistenciais	255.379,14	10.165.195,09	1.890.095,66	12.310.669,89	288.502,45	1.967.200,62	4.752.964,66	7.008.667,73
(+) Receitas Financeiras Líquidas	(1.816.901,32)	(5.416.297,78)	(306.681,07)	(7.539.881,07)	(1.788.687,97)	(3.058.954,53)	(298.726,89)	(5.146.369,39)
(+) Receitas Financeiras	206.891,71	1.094.599,34	644.941,46	1.946.432,51	109.976,10	1.572.052,93	744.207,65	2.426.236,68
(-) Despesas Financeiras	(2.023.793,03)	(6.510.897,13)	(951.603,42)	(9.486.293,56)	(1.898.664,07)	(4.631.007,46)	(1.042.934,54)	(7.572.606,07)
(-) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	11.133.297,11	(20.012.159,33)	(9.126.628,80)	(18.005.491,02)	11.659.905,90	(8.186.556,62)	14.129.462,48	17.602.811,76
Outras Receitas e Despesas	(44.740,46)	1.015.199,89	243.752,97	1.214.212,40	187.743,13	1.328.766,20	77.664,62	1.594.175,95
(+) Receitas	137.046,95	2.813.392,01	638.010,84	3.588.449,80	281.720,10	2.642.160,04	295.267,21	3.219.147,21
(-) Despesas	(181.787,41)	(1.798.192,12)	(394.257,87)	(2.374.237,40)	(93.976,97)	(1.313.391,84)	(217.602,45)	(1.624.971,26)
(-) SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	11.088.556,65	(18.996.959,44)	(8.882.875,83)	(16.791.278,62)	11.847.649,03	(6.857.788,42)	14.207.127,10	19.196.987,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EDSON ERTHAL DE MEDEIROS
DIRETOR ECONÔMICO

DOMINGOS JOSE DE SOUSA
DIRETOR PRESIDENTE

MARCOS TOTH
CRC - SP-26685/O-0
CONTADOR

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ: 43.586.056/0001-82



Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preponderantes na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.011252/2012-10 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Unidades de Ensino: São Paulo, Hortolândia, Engenheiro Coelho.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit Líquido Ajustado	3.602.944,01	35.679.350,84
Superávit/Déficit do Exercício	(16.791.278,62)	19.196.987,71
Depreciação e Amortização	11.067.125,65	8.866.317,74
Provisão para Devedores Duvidosos	5.191.667,33	3.716.834,77
Provisão para Processos Judiciais	211.328,14	45.017,68
Provisão de Férias e Encargos	4.478.028,53	4.144.195,78
Valor Residual do Ativo Imobilizado Baixado	(553.927,02)	(290.002,84)
(Aumento) Redução do Ativo	(3.823.541,78)	(15.147.024,72)
Contas a Receber	(4.330.178,85)	(8.960.128,02)
Estoques	(230.847,20)	(41.731,53)
Despesas do Exercício Seguinte	(405.293,04)	(2.359.354,32)
Realizável (Não Circulante)	1.142.777,31	(3.785.810,85)
Aumento (Redução) do Passivo	9.805.531,17	(1.298.261,12)
Contas a Pagar	(2.033.707,41)	307.267,51
Adiantamento de Clientes	(450.544,59)	85.164,02
Fundo de Confiança	(409.253,27)	(44.911,48)
Recursos para Projetos	(45.009,46)	(424.862,36)
Outras Obrigações	(3.811.209,95)	(3.864.568,36)
Exigível (Não Circulante)	16.555.255,85	2.643.649,55
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.584.933,40	19.234.065,00
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Acréscimo no Imobilizado	(9.617.535,54)	(45.107.732,85)
Acréscimo no Intangível	(68.966,42)	(4.263.852,88)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(9.686.501,96)	(49.371.585,73)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento/Liquidação de Empréstimos	655.033,43	23.810.647,99
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	655.033,43	23.810.647,99
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	553.464,87	(6.326.872,74)
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.111.172,54	15.438.045,28
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.664.637,41	9.111.172,54

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DOMINGOS JOSÉ DE SOUSA

DIRETOR PRESIDENTE

EDSON ERTAL DE MEDEIROS

DIRETOR ECONÔMO

MARCOS TOTH
CRC 1SP-266855/O-0
CONTADOR



INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

CNPJ: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP

Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preponderantes na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.011252/2012-10 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Unidades de Ensino: São Paulo, Hortolândia, Engenheiro Coelho.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

	PATRIMÔNIO	VERBAS DISPONÍVEIS		SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	TOTAL
		IMOBILIZAÇÕES	FD.Diversos		
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	84.154.025,83	2.912.946,85	-	16.477.835,69	103.544.808,37
Incorporação	16.477.835,69			(16.477.835,69)	-
Superávit ou (Déficit) do Exercício				19.196.987,71	19.196.987,71
Verbas Disponíveis					-
Verbas Disponíveis - Imobilizações	500.000,00	(500.000,00)			-
Verbas Disponíveis - Projetos	500.000,00	(500.000,00)			-
Verbas Disponíveis - Fundos Específicos	(278.751,75)		278.751,75		-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	101.353.109,77	1.912.946,85	278.751,75	19.196.987,71	122.741.796,08
Incorporação	19.196.987,71			(19.196.987,71)	-
Superávit ou (Déficit) do Exercício				(16.791.278,62)	(16.791.278,62)
Verbas Disponíveis					-
Verbas Disponíveis - Projetos	(200.000,00)				-
Verbas Disponíveis - Fundos Específicos	(2.301.643,47)				-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	118.048.454,01	1.912.946,85	2.780.395,22	(16.791.278,62)	105.950.517,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DOMINGOS JOSE DE SOUSA

DIRETOR PRESIDENTE

EDSON ERTHAL DE MEDEIROS

DIRETOR ECONÔMICO

MARCOS TOTH

CRC 1SP-266855/O-0

CONTADOR

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO



CNPJ: 43.586.056/0001-82

Estrada Municipal Pastor Walter Boger, Km 3,5 - Engenheiro Coelho - SP
Associação sem fins econômicos e lucrativos, com atividades preponderantes na área de Educação
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23.000.011252/2012-10 em análise
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 8.576/1965 e Utilidade Pública Municipal - Decreto nº 228/2003

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Unidades de Ensino: São Paulo, Hortolândia, Engenheiro Coelho.
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2018	Índices	2017	Índices
1-RECEITAS				
Receita da Prestação	<u>219.867.378,12</u>		<u>236.210.372,01</u>	
Outras Receitas	105.258.671,58		102.467.301,77	
	114.608.706,54		133.743.070,24	
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>(93.502.460,35)</u>		<u>(83.172.556,20)</u>	
(-)Custo dos Produtos/Serviços/Mercadorias	(6.939.881,80)		(6.327.884,49)	
(-)Serviços de Terceiros	(1.978.201,59)		(2.149.647,44)	
(-)Despesas Administrativas	(67.675.946,12)		(65.367.078,39)	
(-)Outras Despesas	(16.908.430,84)		(9.327.945,88)	
3-VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	126.364.917,77		153.037.815,81	
4-RETENÇÕES	<u>(11.067.125,65)</u>		<u>(8.866.317,74)</u>	
(-)Depreciações e Amortização	(11.067.125,65)		(8.866.317,74)	
5-VALOR ADICIONADO LIQUIDO (3-4)	115.297.792,12		144.171.498,07	
6-VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>1.993.783,53</u>		<u>2.507.969,62</u>	
Receitas Financeiras	1.946.432,51		2.426.236,68	
Doações Recebidas	47.351,02		81.732,94	
7-VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	117.291.575,65		146.679.467,69	
8-DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>117.291.575,65</u>	100%	<u>146.679.467,69</u>	100%
Remuneração do Trabalho(pessoal, encargos e benefícios)	133.684.183,11	113,98%	127.046.240,35	86,61%
Impostos, Taxas e Contribuições	398.671,16	0,34%	436.239,63	0,30%
Superávit ou Déficit do Exercício	(16.791.278,62)	-14,32%	19.196.987,71	13,09%

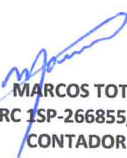
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


DOMINGOS JOSE DE SOUSA

DIRETOR PRESIDENTE


EDSON ÉRTHAL DE MEDEIROS

DIRETOR ECONÔMO


MARCOS TOTH
CRC 1SP-266855/O-0
CONTADOR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 de dezembro de 2018 (Em reais)

1. Contexto Operacional

O INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO, fundado em 1915 (mil novecentos e quinze), na cidade de São Paulo, SP, com sede atual em Engenheiro Coelho/SP, inscrito no CNPJ/MF sob nº 43.586.056/0001-82, pessoa jurídica de direito privado, constituído como associação, sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área de Educação, de Fins Educacionais, Assistenciais, Culturais e Filantrópicos, com seu vigente Estatuto Social registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Mogi Mirim, sob nº 1.745, no Livro A-3. Reconhecido pelo MEC como Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS sob nº 23.000.011252/2012-10, com protocolo de renovação em 2015, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS sob nº 73.623/1963-40. Tem por finalidade promover e/ou administrar e/ou gerir as atividades, ações e programas de fins educacionais, culturais, assistenciais e filantrópicos. O INSTITUTO aderiu ao Programa Universidade para Todos – PROUNI no 1º Semestre de 2011.

2. Do Cumprimento do Artigo 14 do CTN

- a) O Instituto não distribui às suas associadas qualquer parcela do seu patrimônio ou entradas, a título de lucro ou participação nos seus resultados, vantagens, bonificações, dividendos, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, conforme previsto em seu Estatuto Social, no artigo 11.
- b) O Instituto aplica todas as suas rendas, receitas e eventuais resultados operacionais e bens, inclusive as subvenções e doações recebidas, integralmente no País, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto em seu Estatuto Social, no artigo 11.
- c) O Instituto mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão, conforme previsto em seu Estatuto Social no artigo 11.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo à Resolução do CFC nº 1.185/09 e à Resolução do CFC nº 1.409/12, que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos.

As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade

do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

4. Principais práticas contábeis brasileiras adotadas

- a) Apuração do resultado:
O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa:
Consistem em numerários disponíveis na Entidade. Caixa e equivalentes de caixa incluem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço.
- c) Estoques:
Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos respectivos custos de reposição ou de realização e referem-se aos estoques de livros, uniformes, na data do balanço.
- d) Outros ativos:
Os demais ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.
- e) Imobilizado:
O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido da correção monetária até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, registrada diretamente no resultado do exercício.
- f) Intangível
Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição deduzida da amortização
- g) Passivo circulante:
São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante
- h) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:
Está sendo registrado nesta conta as perdas de recebimento de crédito, tomando-se como base a média de perdas havidas nos últimos 3 (três) anos.
- i) Provisão para Férias:

Foram constituídas provisões de férias com base em 1/3 (um terço) dos salários nominais ajustados aos respectivos períodos aquisitivos, acrescidas dos respectivos encargos até a data do balanço.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Instituto mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

Descrição	2018	2017
Caixa	128.545,77	100.048,32
Bancos	765.412,54	891.799,98
Aplicações Financeiras de Liquidação Imediata (a)	8.759.666,49	6.904.343,90
Aplicações Financeiras – Investimentos Temporários (b)	11.012,61	1.214.980,34
Total	9.664.637,41	9.111.172,54

Conforme determina a Resolução CFC nº 1.296/10 (NBC TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução CFC nº 1.185/09 (NBC TG 26) – Na apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

As aplicações financeiras referem-se a:

- a) Fundo de investimento em cotas de fundo de investimentos principal referenciado DI, que acompanha as variações diárias da taxa de juros do CDI ou da taxa SELIC, mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento.
- b) Refere-se a títulos de CDB com remuneração lastreada em CDI.

6. Contas a Receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. Estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas

Descrição	2018	2017
Clientes nacionais a receber	114.773,61	401.965,56
Serviços educacionais a receber	25.926.819,10	22.954.821,80
Outras contas a receber	15.092.664,48	16.968.962,70
(-) Provisão para crédito liquidação duvidosa	(17.502.764,88)	(15.832.769,27)
Total	23.631.492,31	24.492.980,79

As contas à Receber estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização

das contas a receber de títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

7. Estoques

Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16) – Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e os valores contabilizados não excedem os valores de mercado.

Descrição	2018	2017
Mercadorias e Medicamentos	3.919.740,87	3.598.737,56
Materiais de Consumo	585.014,78	675.890,52
(-) Ajuste Perdas de Estoques	(238,68)	(958,31)
Total	4.504.516,97	4.273.669,77

8. Depósitos Judiciais

Referem-se aos depósitos recursais de ações trabalhistas, registrados pelo valor atualizado. Para melhor evidenciação do real valor das contas patrimoniais, a partir de 2013 Registrou a atualização monetária sobre os Depósitos Recursais com base no art.9 da Lei nº 8.177/91 combinado com o art. 13 da Lei nº 8.036/90

9. Encargos Financeiros a Apropriar a L.P.

Refere-se a juros e encargos de financiamentos que serão apropriados a longo prazo, de instituições financeiras e do próprio grupo econômico.

10. Composição do Imobilizado

Para viabilizar o atendimento das suas necessidades, a Instituição Paulista adquire bens, móveis e instalações e a própria sede, através da receita oriunda de suas atividades. O Ativo Imobilizado está registrado contabilmente conforme apresentado:

Descrição	2017				2018	
	Taxa Anual	Valor Residual	Aquisição Baixas	Custo	Depreciação	Valor Residual
Bens Em Formação	0%	20.360.460,70	(5.742.212,39)	14.618.248,31	-	14.618.248,31
Adiantamento à Fornecedores - Imobilizações	0%	1.577.907,96	(1.524.588,21)	53.319,75	-	53.319,75
Terrenos	0%	9.268.489,41	-	9.268.489,41	-	9.268.489,41
Edifícios E Benfeitorias	4%	81.287.175,87	5.391.311,28	132.642.818,23	(45.964.331,08)	86.678.487,15
Instalações	5%	8.381.869,97	(301.217,65)	14.719.358,69	(6.638.706,37)	8.080.652,32
Móveis E Utensílios	10%	4.723.833,65	(143.849,41)	11.693.502,57	(7.113.518,33)	4.579.984,24
Máquinas E Equipamentos Diversos	10%	12.156.044,31	47.077,16	24.720.584,19	(12.517.462,72)	12.203.121,47
Equipamentos De Informática/Eletrônicos	25%	4.413.229,88	1.123.690,14	20.617.709,33	(15.080.789,31)	5.536.920,02
Veículos	25%	984.366,89	(5.202,96)	4.358.576,14	(3.379.412,21)	979.163,93
Outros Imobilizados	25%	3.220.252,82	297.878,17	6.213.534,30	(2.695.403,31)	3.518.130,99
Totais		146.373.631,46	(857.113,87)	238.906.140,92	(93.389.623,33)	145.516.517,59

11. Composição do Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis). São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Descrição	2017			2018		
	Taxa Anual	Valor Residual	Aquisição Baixas	Custo	Amortização	Valor Residual
Software	33%	57.523,43	30.417,20	440.772,70	(352.832,07)	87.940,63
Marcas E Patentes De Invenção	33%	3.363,62	-	7.652,81	(4.289,19)	3.363,62
Pesquisa E Desenvolvimento de Projeto	33%	0.940.559,94	-	10.940.559,94	-	10.940.559,94
Totais		11.001.446,99	30.417,20	11.388.985,45	(357.121,26)	11.031.864,19

12. Contas a Pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Descrição	2018	2017
Fornecedores A Pagar	6.467.884,95	6.473.427,97
Obrigações Fiscais	41.480,45	32.267,82
Obrigações Empregatícias E Religiosas	2.694.302,11	2.184.146,22
Obrigações Com Pessoal	7.032.005,18	6.306.397,36
Entidades Congêneres A Pagar	-	1.578.411,44
Outras Contas A Pagar	1.055.473,74	1.166.079,13
Total	17.291.146,43	17.740.729,94

13. Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Este grupo está composto por empréstimos e financiamentos, valores cujo vencimento não ultrapassam o exercício subsequente. O valor de R\$ 16.535.793,85 são empréstimos e financiamento junto a bancos considerados de primeira linha pelo mercado com as taxas conforme os bancos, SANTANDER – 0,95% a.m / 12,01% a.a, BRADESCO – 1,55% a.m / 20,33% a.a, 2,40% a.m / 33,45% a.a, e o valor de R\$ 727.275,67 do são próprio grupo econômico a uma taxa de 0,4% a.m mais INPC.

14. Adiantamento de Clientes

Estão registrados os Serviços educacionais, recebidos antecipadamente pelo seu valor nominal referente ao próximo exercício.

15. Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Este grupo está composto por empréstimos e financiamentos, valores cujo vencimento ultrapassam o exercício subsequente. O valor de R\$ 19.671.891,66 são empréstimos e financiamento junto a bancos considerados de primeira linha pelo mercado pelas taxas, BRADESCO – 1,01% a.m / 12,8165% a.a, ITAU – 0,28% a.m / 3,412231% a.a, e o valor de R\$ 28.741.260,64 são do próprio grupo econômico com a Taxa de 0,04% a.m mais INPC.

16. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é constituído pelo Patrimônio Social e de todo e qualquer superávit, que é aplicado na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

17. Compromisso com Gratuidades

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

Educação Básica		2018	2017
Total de alunos matriculados (a)		7.696	6.720
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io	740	685
Número total de alunos com bolsa integral	I	740	685
Outras bolsas integrais (b)		362	337
Alunos inadimplentes (d)		190	105
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	7.144	6.278
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	1.255	930
Número total de alunos com bolsa parcial de 50%	P	1.255	930
Número total de bolsas integrais equivalentes	B	1.368	1.150
Cálculo dos benefícios complementares			
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	72.990.756,58	68.946.990,50
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	7.506	6.615
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	9.724,32	10.422,83
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		456	383
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo			
Quantidade mínima de bolsas 1/5		Art. 13	Art. 13
		Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Art. 13	Art. 13
		Atendido	Atendido

Educação Superior (COM adesão ao PROUNI)		2018	2017
Total de alunos matriculados (a)		8.204	8.133
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io	736	828
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro	775	723
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	1.511	1.551
Outras bolsas integrais (b)		272	445
Alunos inadimplentes (d)		346	489
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	7.586	7.199
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	1.011	831
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	3	7
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	1.014	838
Número total de bolsas integrais equivalentes	B	2.018	1.970
Cálculo dos benefícios complementares			
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	95.776.073,35	94.166.034,59
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	7.858	7.644
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 12.188,35	R\$ 12.318,95
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		673	657
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		Art. 13-A	Art. 13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5		Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido

a) Regras para Alcance 1/9

$$I \geq \frac{N}{10}$$

b) Regras para alcance da proporção 1/5.

$$N \leq 6I_o + 7I_d + 8I_i + 2,5P + 5B_c$$

Demonstrativo das Bolsas Concedidas

Bolsa Concedida

(-) Bolsas Sociais 100% - 1 X 9

(-) Bolsas Sociais concedidas 50%

(-) Bolsas Convenção

TOTAL

Valor Bolsas Educaionais Concedidas 2018	Valor Bolsas Educaionais Concedidas 2017
24.523.996,80	24.566.805,65
12.242.637,12	10.466.076,83
7.148.644,52	7.651.447,85
43.915.278,44	42.684.330,33

Receitas com Gratuidades e sem Gratuidades (Resolução CFC 1.409/2012 – ITG 2002)

Receitas com Gratuidades e sem Gratuidades	2018	2017
Receita Efetiva (com Gratuidades)	150.361.602,35	146.835.272,46
(-) Gratuidades	(43.915.278,44)	(42.684.330,33)
Receita (sem Gratuidades)	106.446.323,91	104.150.942,13

18. Benefícios da Filantropia

Contribuições Sociais – Isenção (Lei nº 12.101/2009 e Decreto nº 8.242/2014)

	2018	2017
Cota Patronal	19.993.571,95	19.562.277,41
SAT	1.117.954,87	1.073.193,21
Terceiros	5.165.772,69	5.069.887,56
Contribuinte Individual	229.061,86	207.819,19
TOTAL	26.506.361,37	25.913.177,37

Em atendimento a Lei nº 12.101/2009 e Decreto nº 8.242/2014 são demonstrados a seguir os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devidas fossem gozadas durante os exercícios de 2018 e 2017:

Especificação	2018	2017
Isenção Usufruída (Cota Patronal)	26.506.361,37	25.913.177,37
Bolsas Sociais concedidas	43.915.278,44	42.684.330,33
Valor Aplicado a Maior	17.408.917,07	16.771.152,96

19. Contingências

O Instituto discute judicialmente ações cíveis, trabalhistas, fiscais e tributárias em montante de R\$ 2.525.814,64. Assim, o Instituto amparado na opinião de seus assessores jurídicos constituiu a provisão de R\$ 1.777.856,74.

20. Doações Recebidas

Como parte da receita a Entidade recebe doações de Pessoas Físicas, e de Pessoas Jurídicas. Esses recursos são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

O valor das doações recebidas em:	2018	2017
Pessoa Física	30.369,23	60.066,59
Pessoa Jurídica	16.981,79	21.666,35
Doações Recebidas da Mantenedora	13.298.716,12	12.699.230,35
Total das Doações	13.346.067,14	12.780.963,29

21. Recursos Públicos

O valor dos Recursos público recebidas pelo Instituto em 2018, totalizou o montante de R\$ 799.515,03 oriundos de recursos estaduais com o convênio do

Governo do Estado de São Paulo – Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo para o custeio do projeto “Restaurante Popular – Bom Prato”. Os Recursos para os Projetos foram aplicados na sua totalidade em ações propostas nos convênios.

22. Recursos Não Governamentais

Os valores dos Recursos são oriundos em sua totalidade da entidade Religiosa do próprio grupo econômico.

23. Cobertura de Seguros

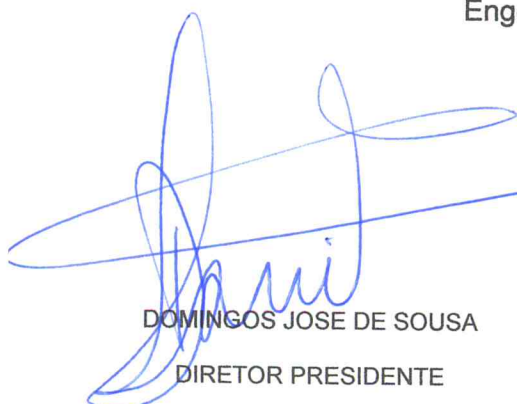
O Instituto possui cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado nas modalidades de incêndio, raio, explosão, responsabilidade civil, roubo ou furto de bens, recomposição de documentos, vendaval e granizo, danos elétricos e vidros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

24. Percentual das Mensalidades Aplicadas em Despesas com Pessoal


A entidade atendeu, nos exercícios de 2018 e 2017, o previsto no inciso III letra “c” do artigo 12 da Instrução Normativa SRF nº 113 de 21 de setembro de 1998, que trata da destinação das despesas com pessoal docente e técnico administrativo incluídos os encargos sociais, de pelo menos 60% das mensalidades escolares, conforme demonstração abaixo:

Descrição	2018	2017
Receita Líquida de mensalidade	60.237.756,52	59.848.236,57
Percentual de 60% a aplicar	36.142.653,91	35.908.941,94
Valores Aplicados		
Salários	60.395.542,51	60.050.908,05
Encargos Sociais	6.405.572,46	6.561.309,13
Total Aplicado	66.801.114,97	66.612.217,18

Engenheiro Coelho, 31 de dezembro de 2018.



DOMINGOS JOSE DE SOUSA
DIRETOR PRESIDENTE



EDSON ERTHAL DE MEDEIROS
DIRETOR ECONOMO



MARCOS TOTH
CRC 1SP-266855/O-0
CONTADOR



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria do
INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
Engenheiro Coelho – SP

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados



com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas inevidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as



eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado – Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cuja apresentação é requerida pela legislação brasileira e normas contábeis brasileiras, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida ao mesmo procedimento de auditoria descrito anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 21 de maio de 2018, o qual não conteve qualquer modificação.

Porto Alegre, 24 de maio de 2019



Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC RS-015233/O-8 S-SP - CNAI 81
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722
CPF 005.449.140-15

TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC RS-804240/O-1 S-SP
CNPJ 05.750.330/0001-18